

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Câmara Técnica de Águas Subterrâneas
Ata da 85ª Reunião MINUTA

Data: 23 e 24 de outubro de 2013

Hora: 9h às 18h.

Local: SRHU/MMA, Edifício Marie Prendi Cruz, SEPN 505, Lote 2, em Brasília-DF

PARTICIPANTES:

Ministério da Integração Nacional: Jaqueline Barbosa Dutra (jaqueline.dutra@integracao.gov.br);

Ministério da Defesa: Eduardo da Costa Pereira Júnior (eduardo.junior@defesa.gov.br); Liane de Moura Fernandes Costa (lianeuft@yahoo.com.br);

Ministério do Meio Ambiente/SRHU: Antônio Calazans Reis Miranda (antonio.miranda@mma.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente/ANA: Leonardo de Almeida (leonardo.almeida@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Christina Elizabeth P. de Vasconcelos (christina@mme.gov.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – GO/MT: Ausente;

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – ES/MG: Maricene M. O. M. Paixão (maricene.paixão@meioambiente.mg.gov.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RJ/SP: Luciana Martin Rodrigues Ferreira (lumartin@igeologico.sp.gov.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins.a@gmail.com);

Irrigantes: Wilson A. Bonança (wilson.bonanca@cna.org.br);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Ausente;

Indústrias: Ausente;

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para o Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Emílio Carlos Prandi (ecprandi@gmail.com);

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Waldir Duarte Costa Filho (wdcfilho@gmail.com);

Organizações Não Governamentais: Julianio Bueno de Araújo (julianobuenoaraujo@gmail.com) (ja.tk@bol.com.br), Gislene Margarida Pereira (gisaguida@ig.com.br);

DEMAIS PRESENTES:

Ilka M. S. Kawashita (ilka.kawashita@planejamento.gov.br);

Elisa Malafaia (elisa.malafaia@planejamento.gov.br);

Dalma Maria Caixeta (dalmacaixeta@pgr.mpf.br);

Humberto A. F. Lima (humbertolima@pgr.mpf.gov.br);

Júlio Thadeu S. Kettelhut (julio.kettelghut@mma.gov.br);

Carlos Alberto de Freitas (carlos.dfreytas@copasa.com.br);

Leila A. Swerto (leila.swerto@mma.gov.br);

Marcelo Jorge Medeiros (marcelo.medeiros@mma.gov.br);

Rodrigo Garcia (rgarcia@cni.org.br);

Roberto Wagner Lima Pereira (rwperreira@cni.org.br);

Márcia Tereza Pantoja Gaspar (marcia.gaspar@ana.gov.br);

Roberto Alves Monteiro (roalmonste@ig.com.br);

César A. D. Labuto (cesar.labuto@planejamento.gov.br);

Adalberto Eberhard (adalberto.aberhard@mma.gov.br);

Álvaro Roberto Tavares (alvaro.roberto.tavares@mma.gov.br);

Sílvio Jablonski (sjablonski@anp.gov.br);

João Clímaco (fonascbh@yahoo.com.br);

RELATORIA: Anderson Felipe de Medeiros Bezerra – SRHU/MMA (anderson.bezerra@mma.gov.br)

55 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:** A 85ª Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, foi
56 aberta às 09h35min no dia vinte e três de outubro, pela presidente da CTAS, a **Sra. Maricene Menezes**
57 **de Oliveira Mattos Paixão**. A reunião iniciou com o [Item 02 – Apresentações sobre Exploração de Gás](#)
58 [não Convencional no Brasil \(ANP e ANA\)](#): Primeiramente o **Sr. Sílvia Jablonski**, Chefe de Gabinete da
59 Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, apresentou a Palestra de título: A
60 Exploração e Produção de Gás Natural no Brasil – 12ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios. O
61 representante da ANP iniciou sua apresentação falando da questão do gás não convencional, sendo uma
62 área nova, baseada nos acontecimentos e tecnologias desenvolvidas nos Estados Unidos. Comentou que
63 o termo gás de xisto não é o mais apropriado, e sim o gás de folhelho, e apresentou as diferenças básicas
64 dos processos de exploração entre o gás convencional e o gás não convencional, sobre o fraturamento
65 hidráulico, as ofertas e demandas de gás atual no país, e a perspectiva de acréscimos com a exploração
66 do gás não convencional. A 12ª Rodada de Licitações não é específica para gás não convencional, e sim
67 para gás em terra e geração de conhecimento, afirmando que ainda existe uma ignorância da agência
68 reguladora no sentido de saber onde está o gás não convencional, não crendo que haja este tipo de gás
69 no Acre, podendo ocorrer, por exemplo, na Bacia Sedimentar do Recôncavo, Sergipe-Alagoas, São
70 Francisco e Paraná. Após a licitação haverá uma fase de cinco a oito anos de exploração (estudos para
71 detecção da presença do gás), estando em edital a obrigação da contratante de perfurar ao menos um
72 poço até a rocha geradora a cada quatro blocos que o concessionário arrematar. Passada a fase de
73 exploração, pode-se passar direto para a fase de desenvolvimento e produção, fazendo a Declaração de
74 Comercialidade. No entanto, caso se pretenda explorar o gás não convencional, deve apresentar o Plano
75 de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais, entrando em uma fase de exploração
76 estendida que pode durar até seis anos, e em seguida, terá 27 anos para a produção do gás. Com relação
77 à demanda de água para a produção de gás não convencional, foram apresentados dados da experiência
78 dos Estados Unidos, sendo de 10 a 20 mil m³ de água por poço, e esta disponibilidade de água vai
79 balizar a possibilidade ou não do fraturamento hidráulico. Nos Estados Unidos a água para as atividades
80 relacionadas ao gás não convencional corresponde a menos de 1% do total utilizado para os demais
81 usos, em cada área considerada, podendo ser recuperada de 10 a 70% da água utilizada. O reuso da
82 água, no próprio processo de fraturamento, varia entre 20 a 100% do volume de água produzida e o
83 restante é reinjetado em poços dedicados ou acumulado em áreas de rejeitos e removido para disposição
84 correta. Quanto ao risco da indução de atividade sísmica O fraturamento hidráulico produz abalos
85 extremamente reduzidos (0.8, na escala Richter, registrada apenas por instrumentos), tem caráter
86 temporário, com duração de algumas horas e apenas a coincidência de ativação de falhas preexistentes
87 pode produzir abalos mais perceptíveis. Já o licenciamento ambiental é pré-requisito para o início das
88 atividades que a ANP está licitando, sendo o órgão estadual de meio ambiente o responsável pelo
89 licenciamento, mas existe a proposta de atribuir ao órgão federal o licenciamento desta atividade
90 específica. Para finalizar a apresentação o **Sr. Sílvia Jablonski** registrou que a 12ª Rodada de Licitações
91 da ANP permitirá ampliar significativamente o conhecimento do real potencial para a sua exploração e
92 produção no país (exigência contratual de perfuração de pelo menos um poço até a rocha geradora).
93 Frisou ainda que a ANP não teria condições financeiras de arcar com os elevados custos da pesquisa
94 exploratória do gás não convencional, e por isso coloca em edital o concessionário como partícipe desse
95 esforço. Colocou também que a sociedade pode participar através de consulta e audiência pública (a ser
96 realizada no dia 18 de novembro no Rio de Janeiro) para definição das condições para a perfuração e
97 fraturamento hidráulico não convencional, discussão de questões acerca da viabilidade ambiental,
98 monitoramento contínuo das condições dos aquíferos, uso da água e destinação de resíduos, simulação
99 das fraturas e estudos geomecânicos, projeto do poço e fraturamento hidráulico e indicadores e metas de
100 responsabilidade social. Ao fim da apresentação a **Sra. Maricene Menezes de Oliveira Mattos Paixão**
101 passou a palavra para os membros da Câmara para questionamentos ao representante da ANP, iniciando
102 com a **Sra. Gislene Margarida Pereira (FONASC)**, comentando que o Professor Luiz Fernando
103 Scheibe e outros pesquisadores propuseram uma moratória de pelo menos 5 anos, e perguntou sobre o
104 que a ANP teria a dizer sobre o assunto. O **Sr. Sílvia Jablonski** respondeu que a ANP teve uma
105 recomendação do Ministério Público Federal (MP), embasada na Carta da SBPC, que solicitava
106 moratória enquanto não houvesse uma avaliação ambiental estratégica. A ANP respondeu ao MP que
107 após a rodada de novembro, haverá um período grande de estudos antes da produção, conforme
108 apresentado, e se a licitação for suspensa, esta fase de estudos não seria possível, pois o estado não teria

condições de realizar por conta própria. Portanto a ANP se posiciona contra a moratória, em função da estratégia de produção de conhecimento com a atividade controlada. Após, o **Sr. Juliano Bueno de Araújo** (FONASC), depois de fazer breve histórico dos possíveis danos ao meio ambiente, em especial ao Aquífero Guarani, fez os seguintes questionamentos à ANP: a agência possui informações dos danos gerados na década de 60 pela perfuração de dezenas de poços no aquífero cárstico do estado do Paraná? Por que a ANP não tomou uma decisão pela maior participação da sociedade civil, ampliando a realização da audiência pública para mais de um estado, e não apenas no Rio de Janeiro? Por que não foram considerados na exposição os danos ambientais, a questão da recarga do aquífero e os efeitos negativos da exploração nos Estados Unidos, onde milhares de acres se tornaram improdutivos? A **Sra. Maricene Menezes de Oliveira Mattos Paixão** complementou questionando sobre o prazo da audiência pública de apenas 30 dias. Em resposta o **Sr. Sílvio Jablonski** comentou primeiramente sobre os riscos de impactos ambientais, em especial ao Aquífero Guarani, explicando que a ANP regulará a atividade dos concessionários na questão operacional e de prevenção, assim como os órgãos ambientais competentes, quando do processo de licenciamento ambiental, inerente à atividade. Quanto às audiências públicas, comentou que ocorrerão em diversos locais onde a atividade for pretendida, porém no momento do licenciamento, com a presença do órgão ambiental; e que a audiência pública que ocorrerá no Rio de Janeiro não substitui as referentes ao processo de licenciamento ambiental, regrada pela Resolução CONAMA específica, estado por estado. O que a ANP está propondo é realizar a audiência no Rio de Janeiro para saber que cuidados devem ser tomados em termos de monitoramento, fraturamento, projeto de poço, etc. Quanto ao prazo comumente estabelecido pelas agências reguladoras, é de 30 dias de consulta pública para contribuições à Minuta de Resolução que regulará a atividade de exploração de Gás de Xisto, e que as informações estão no site da ANP. Em referência aos problemas ocorridos no passado no estado do Paraná e nos Estados Unidos, a ANP tomará como exemplo e irá se basear no estado da arte da tecnologia. A **Sra. Maricene Menezes de Oliveira Mattos Paixão**, sugeriu a melhor divulgação da consulta pública, como por exemplo, em jornal de grande circulação e não apenas no Diário Oficial, assim como ocorre no processo de licenciamento ambiental. A **Sra. Márcia Tereza Pantoja Gaspar** (ANA) questionou se a ANP já está propondo os parâmetros a serem avaliados pela consulta pública ou se estão esperando as sugestões da sociedade, inclusive com relação aos aquíferos, obtendo como resposta que a ANP já está propondo vários parâmetros na minuta de Resolução, mas que está aberta a adequações sugeridas pela sociedade. Quanto aos aquíferos, a ANP solicitou contribuições da CPRM e da Petrobras para ver o mapeamento, mas não recebeu resposta. No entanto, para a Minuta de Resolução, a agência não precisa saber onde estão os aquíferos, e sim qual a distância segura para a perfuração e o fraturamento hidráulico, tendo como base dados da Superintendência de Definição de Blocos (BDEP – Banco de Dados de Exploração e Produção). Portanto, a ANP possui dados referentes à geologia e estratigrafia de blocos a serem licitados, porém precisa ainda da contribuição da CPRM e Petrobras. O **Sr. Wilson de Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para o Lazer e Turismo) questionou acerca da viabilidade econômica da exploração do Gás de Xisto, quando comparada ao gás convencional. Outra questão foi sobre a geração de conhecimento na rodada de licitação, a qual está ligada com o compromisso de exploração econômica por quem faz o estudo, podendo comprometer o resultado esperado. Em resposta o **Sr. Sílvio Jablonski** comentou que não era seu escopo falar sobre viabilidade econômica, no entanto os estudos geofísicos contidos no Plano de Geologia e Geofísica Plurianual serão disponibilizados para as empresas durante a licitação e que, por exemplo, cada poço em área de floresta custaria entorno de 50 a 60 milhões de reais. O que a ANP quer é que as concessionárias perfurem os poços, e quem realizará os estudos de viabilidade para a exploração do Gás de Xisto é a ANP, com auxílio de consultorias, da universidade, etc. O **Sr. Roberto Alves Monteiro** (SRHU) perguntou sobre o processo de licenciamento da atividade, dando o exemplo do setor hidrelétrico, que foi acordado entre a ANEL e o setor ambiental que só se faria as licitações das explorações de aproveitamentos hidrelétricos após o procedimento de licença prévia, comprovando uma viabilidade ambiental daquele empreendimento, pedindo então para a ANP esclarecer se há algum procedimento para a viabilidade ambiental exposta na rodada de licitação. O **Sr. Sílvio Jablonski** respondeu que até 2003 a ANP abria rodadas de licitações sem qualquer anuência dos órgãos ambientais, e isso trazia insegurança jurídica. Atualmente é proibido, pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas, abrir rodada de licitação de blocos sem a prévia anuência dos órgãos ambientais. Portanto estão sendo disponibilizados os pareceres ambientais na

163 página da ANP, definindo quais são as restrições em termos de licenciamento e o rigor de avaliação
164 ambiental que será realizada. Comentou ainda sobre a aprovação da Portaria Interministerial nº
165 198/2012 que trata de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar, que corresponde ao nome que foi dado
166 para Avaliação Ambiental Estratégica na área de petróleo e gás, que define uma avaliação escalonada ao
167 longo das diversas bacias do País nos próximos anos, lembrando que esses estudos, não substituirão os
168 referentes ao licenciamento. O **Sr. Leonardo de Almeida** (ANA) perguntou sobre o custo de perfuração
169 de um posto estratigráfico, pois a seu ver o valor não inviabilizaria o estudo prévio pela ANP. Perguntou
170 também sobre a perfuração de um poço estratigráfico sobre o Aquífero Urucuia, no oeste baiano, se já
171 possui a informação se realmente há o folhelho abaixo do aquífero. Em resposta o **Sr. Sílvia Jablonski**
172 mencionou que no momento não saberia dizer o valor de perfuração de um poço estratigráfico e que não
173 foi encontrado o folhelho no referido poço no Aquífero Urucuia. O **Sr. Carlos Alberto de Freitas**
174 (ABAS) perguntou sobre a existência de algum registro oficial de acidente que tenha afetado os
175 aquíferos, obtendo como resposta que, de acordo com uma publicação da OGP, em 2 milhões de poços
176 perfurados, sejam verticais ou horizontais, não há registro de contaminação, e que a contaminação pode
177 ter ocorrido em sistemas aquíferos menores, pela exsudação natural do gás. Finalizando a rodada de
178 perguntas à ANP, a **Sra. Gislene Margarida Pereira** (FONASC) perguntou sobre a manutenção da
179 produção de gás, já que os poços são de vida curta, e quais os possíveis impactos ao Rio São Francisco e
180 a população diretamente afetada. O representante da ANP comentou que não prevê problemas ao Rio
181 São Francisco, e quanto à manutenção da produção do gás de xisto lembrou que em uma mesma base
182 são perfurados poços sucessivos, que gera uma significativa economia e diminuição da pegada
183 ecológica, e conforme os resultados positivos dos Estados Unidos (46% da produção de gás no País) não
184 devemos nos preocupar com a viabilidade econômica da exploração do gás de xisto. A Presidente da
185 Câmara agradeceu a presença do Sr. Sílvia Jablonski, passando a palavra para a **Sra. Márcia Tereza**
186 **Pantoja Gaspar**, que apresentou a palestra de título: Aquíferos Aflorantes x Setores/Blocos – Bacias
187 Sedimentares para 12ª Rodada de Licitação da ANP. A apresentação abordou aspectos econômicos e
188 ambientais da exploração do gás de xisto, demonstrando o Mapa das Áreas Aflorantes dos Aquíferos e
189 Sistemas Aquíferos do Brasil (ANA, 2013), sendo recomendado à ANP que solicitasse os dados de
190 mapeamento de aquíferos obtidos pela ANA. Apresentou informações sobre as seguintes bacias
191 relacionadas a blocos que seriam licitados: Bacia do Acre (aquífero Içá), Bacia do Parecis (Aquífero
192 Parecis), Bacia do Parnaíba (aquíferos Poti-Piauí, Pedra de Fogo e Motuca), Bacia de Sergipe-Alagoas
193 (Aquífero Barreiras), Bacia do Recôncavo (aquíferos São Sebastião, Barreiras e Ilhas), Bacia do São
194 Francisco (Aquífero Urucuia) e Bacia do Paraná (Aquíferos Bauru e Serra Geral). Ao final da
195 apresentação foi aberta a rodada de perguntas, iniciando pelo **Sr. Juliano Bueno de Araújo** (FONASC),
196 perguntando sobre a geofísica do aquífero Guarani, especificamente sobre qual a espessura do aquífero,
197 tendo como resposta que os estudos ainda não foram finalizados, e o mais importante, a espessura entre
198 a base do aquífero e a camada geradora, não é foco de estudos da ANA. O **Sr. Carlos Martins**
199 (Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL) comentou que está sendo dada uma grande
200 importância para a distância entre a base do aquífero e a camada geradora, e que o estudo local é que
201 tem que dar a viabilidade ou não do fraturamento. Comentou ainda que não deve ser dado um número
202 de espessura padrão, e assim, de acordo com os resultados de estudos estratigráficos locais, determinar a
203 espessura mínima local, segura para a atividade. O **Sr. Sílvia Jablonski** complementou o comentário
204 anterior, falando que havia simplificado em sua apresentação os procedimentos de segurança contidos
205 na Minuta de Resolução, onde não só a distância entre a base do aquífero e a rocha geradora é
206 considerada, e sim outras características, como por exemplo, a presença de camadas impermeáveis e a
207 composição estratigráfica. O **Sr. Wilson Bonança** (CNA – irrigantes) perguntou à ANP sobre a
208 viabilidade de se realizar editais distintos para o estudo propriamente dito e para a exploração de gás
209 não convencional, gerando maior segurança já que a questão econômica não é tão relevante, em razão
210 do menor custo de um poço no continente do que no mar. O **Sr. Sílvia Jablonski** respondeu que a ANP
211 colocou como critérios para licitação o bônus de assinatura (quanto o concessionário pagará), o
212 programa exploratório mínimo oferecido e o conteúdo local. Neste caso específico a ANP incluiu a
213 realização de perfurações de poços estratigráficos como mais um item para escolha do concessionário,
214 não havendo possibilidade de separação de licitação para gás convencional e não convencional por não
215 haver conhecimento geológico suficiente. A **Sra. Christina Elizabeth P. de Vasconcelos** (assessora da
216 Secretaria de Petróleo e Gás – MME) comentou sobre aprovação do Zoneamento Nacional de Petróleo e

217 Gás, que está disponível no site do MME, contendo informações geológica de todas as bacias
 218 sedimentares. O **Sr. João Clímaco** (FONASC), colocou a sua preocupação com o cenário que está
 219 configurado no País, mostrando uma conduta autoritária e unilateral, e qual é a visão da ANP acerca da
 220 mobilização nacional contra ao processo de licitação do gás não convencional. Em resposta o **Sr. Sílvio**
 221 **Jablonski** comentou que a ANP foi criada pela Lei nº 9478/1998, que dispõe sobre a política energética
 222 nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política
 223 Energética e a Agência Nacional do Petróleo, dentro do estado democrático de direito, onde a ANP
 224 recebeu uma série de atribuições com o fim do monopólio do petróleo, não sendo uma agência para
 225 formular políticas, e sim cumpridora da política energética brasileira, amplamente discutida no
 226 Congresso Nacional e pelo Conselho Nacional de Política Energética, onde são emitidas as Resoluções
 227 de ofertas de blocos para licitação. Portanto a ANP possui o papel técnico de acompanhamento para que
 228 não ocorram impactos ambientais e à sociedade, e o processo está amplamente divulgado e aberto para a
 229 comunicação com a sociedade. A **Sra. Maricene Menezes de Oliveira Mattos Paixão** propôs a
 230 formação de um grupo para elaboração de uma Moção, ficando como encaminhamento para a parte da
 231 tarde. O **Sr. João Clímaco** propôs a iniciação de uma discussão para criação de critérios e parâmetros
 232 técnicos para outorga de água subterrânea para o processo de exploração e exploração do gás de xisto,
 233 em conjunto com a Câmara Técnica de Outorga (CTPOAR). Foi posto em votação pela presidente da
 234 Câmara a realização da Moção, sendo aprovada por unanimidade. Foi formado um grupo para
 235 elaboração da moção no período da tarde, composto por: **Sr. Emílio Carlos Prandi** (Comitês,
 236 Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas), **Sr. Juliano Bueno de Araújo**
 237 (Organizações Não Governamentais), **Sr. Antônio Calazans Reis Miranda** (SRHU), **Sr. Roberto Alves**
 238 **Monteiro** (SRHU) e **Sra. Gislene Margarida Pereira** (Organizações Não Governamentais). A parte da
 239 tarde iniciou com o [Item 03 – Aprovação da ATA da 84ª Reunião da CTAS](#): A minuta da Ata foi
 240 aprovada com alterações. Após passou-se para o [Item 05 – Alteração do Art. 12 da Portaria](#)
 241 [2.914/2011/MS, em fase de discussão no Ministério da Saúde](#): Ficou decidido pelos membros da CTAS,
 242 aguardar a resposta do ministério da saúde, para futura discussão na Câmara. [Em seguida iniciou-se o](#)
 243 [processo de elaboração da Moção](#) que recomenda ao Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional
 244 de Políticas Energéticas e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a realização
 245 de estudos que ofereçam melhor conhecimento, tanto sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as
 246 condições de sua exploração, como das consequências ambientais dessa atividade, antes de permitir a
 247 exploração do gás de xisto, garantindo assim segurança hídrica. Após breve discussão sobre as
 248 apresentações do período da manhã, o **Sr. Juliano Bueno de Araújo** (FONASC) sugeriu que se criasse
 249 um Grupo Técnico multissetorial, envolvendo o CNRH e o CONAMA, para estabelecimento de
 250 resolução que normatize o processo de exploração do gás de xisto. A **Sra. Maricene Menezes de**
 251 **Oliveira Mattos Paixão**, concordando com o proposto, comentou que é necessário constituir um grupo
 252 em conjunto entre o CNRH e o CONAMA, com a participação da ANP. O **Sr. Carlos Martins**
 253 (Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL) comentou que o foco deste grupo deverá ser com a
 254 utilização da água para injeção, considerando a fonte da água, o que será feito com a água “produzida”,
 255 assim como os parâmetros de qualidade desta água. O **Sr. Emílio Carlos Prandi** (Comitês, Consórcios
 256 e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas) concordando com o Sr. Carlos Martins,
 257 comentou que a questão chave é saber de onde virá e para onde irá a água utilizada no processo, citando
 258 que os membros devem se debruçar na proposta de Resolução da ANP, sobre o Sistema de Gestão
 259 Ambiental, artigo 3º, que fala sobre o plano de controle, tratamento e disposição de resíduos sólidos e
 260 líquidos provenientes das atividades de perfuração e fraturamento hidráulico, contemplando a estratégia
 261 de disposição de barreiras de segurança. Neste sentido foi proposto que os membros tenham como ponto
 262 chave o artigo 3º da proposta de Resolução da ANP. Após discussão preliminar, tomou-se como base a
 263 proposta de Moção baseada na Carta da SBPC e na falta de conhecimento sobre a realidade brasileira.
 264 Iniciou-se a leitura da proposta encaminhada pela FONASC, sendo realizadas algumas alterações,
 265 ficando para o dia seguinte a complementação da redação final trazida pelo **Sr. Juliano Bueno de**
 266 **Araújo** (FONASC). Foi discutida ainda a proposta de elaboração de uma resolução que normatize o
 267 procedimento de fraturamento hidráulico e seus efeitos aos recursos hídricos. Foi posto em votação a
 268 pertinência desta proposta, e o **Sr. Carlos Martins** propôs como encaminhamento a não elaboração de
 269 uma resolução pelo CNRH, e sim a complementação da proposta que foi elaborada pela ANP, tendo em
 270 vista que foi apresentada pela agência para estudo e proposição de melhorias pela CTAS. O assunto

ficou em aberto para discussão para o dia seguinte, finalizando o primeiro dia de reunião da CTAS. Na manhã do dia 24 de outubro deu-se continuidade à reunião, decidindo primeiramente que os membros da CTAS podem encaminhar, de forma conjunta, as contribuições para a Resolução da ANP, mas não como um produto da CTAS, por falta de tempo para nova reunião da Câmara. Após isto, deu-se continuidade à elaboração da Moção sobre o Gás de Xisto, com apresentação das contribuições finais do **Sr. Juliano Bueno de Araújo** (FONASC), dentre elas a oficialização da formação de um GT no artigo 2º da Moção. Foi aberto aos demais membros da câmara para discussão e complementação da redação final da moção, e o **Sr. Antônio Calazans Reis Miranda** (SRHU) comentou sobre a existência de um Grupo de Trabalho Interinstitucional no âmbito do MMA (Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás – GTPEG) com o objetivo de apoiar tecnicamente a interlocução com o setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, em especial as análises ambientais prévias, definição de áreas para outorga, e as estratégias para o processo de licenciamento ambiental dessas atividades no território nacional e águas jurisdicionais brasileiras. O **Sr. Juliano Bueno de Araújo** (FONASC), comentou que este GT não anula a criação de um pela CTAS, pois este tem o objetivo de contribuir para a normatização, opinião corroborada pelos demais membros. Com relação ao artigo 2º proposto na Moção (que instituiria a GT Xisto) o **Sr. Júlio Thadeu S. Kettelhut** (SRHU), comentou que não cabe na redação por possuir o objetivo específico de recomendação, sugerindo que a possível criação do GT seja registrada em ATA, assim como seu objetivo e prazo para conclusão. Posto isto, os membros decidiram retirar o artigo 2º mas não houve encaminhamentos para a criação do GT no âmbito da CTAS. Foi dada continuidade à análise dos considerandos e do artigo 1º da Moção, sendo aprovada com algumas alterações. [Item 06 – Apresentação da Nota Técnica sobre Recarga Artificial de Aquífero](#): A Nota Técnica foi apresentada pelo **Sr. Leonardo de Almeida** (ANA), dando breve histórico do processo de elaboração da Minuta de Resolução, passando em seguida para a leitura da Nota Técnica que encaminha a Minuta para a CTIL. Após a leitura e pequenas modificações no documento, a Nota Técnica foi aprovada pelos presentes. [Item 07 – Gestão das Águas Subterrâneas no Estado de Minas Gerais](#): A **Sra. Maricene Menezes de Oliveira Mattos Paixão**, fez a apresentação sobre o Panorama da Gestão das Águas Subterrâneas em Minas Gerais, comentando sobre a estrutura organizacional, a regularização do uso da água através da outorga e do cadastramento dos usos insignificantes, falando ainda sobre o monitoramento das águas subterrâneas no estado e dos estudos de apoio à gestão dos aquíferos. O **Sr. Carlos Martins** (Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL) perguntou sobre a existência ou não de um programa de cadastramento de poços ou utilização do cadastro natural através da outorga, assim como sobre a cobrança pelo uso da água subterrânea no estado. Em resposta, a **Sra. Maricene Menezes de Oliveira Mattos Paixão** respondeu que em 2010 foi realizada uma grande campanha de regularização do uso da água no Estado de Minas Gerais, sendo cadastrados mais de 300 mil pontos de captação, com 60% destes de água subterrânea. Sobre a cobrança pelo uso da água subterrânea no estado, já está implantada na bacia do Velhas, do Rio Araguari e dos Rios Doce, Piracicaba e Jaguari. [Item 08 – Encaminhamento dos trabalhos/ Encerramento](#): A **Sra. Maricene Menezes de Oliveira Mattos Paixão** encerrou a reunião, lembrando que os membros devem contribuir com a Resolução da ANP, que está em consulta pública até 18 de novembro/2013. Recomendou ainda que o GT apresente suas contribuições, seja individualmente ou em grupo. Os membros ainda acertaram a data da próxima reunião, ficando agendada para os dias 18 e 19 de março de 2014.

Maricene M. O. M. Paixão
Presidente da CTAS

Anderson Felipe de M. Bezerra
Relator da CTAS